



## ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA TRIBUTÁRIA OPERACIONAL, OBJETIVANDO A IDENTIFICAÇÃO, APURAÇÃO, CONSTITUIÇÃO E RECUPERAÇÃO DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E TRIBUTOS DE RESPONSABILIDADE DO MUNICÍPIO, COM AÇÃO PLANEJADA E TRANSPARENTE PARA ATENDER A PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE.



## DIRETRIZES GERAIS ANÁLISE DE VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO OBJETO A SER CONTRATADO

Cuida-se de Estudo Técnico Preliminar - ETP, de "documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação que caracteriza determinada necessidade, descreve as análises realizadas em termos de requisitos, alternativas, escolhas, resultados pretendidos e demais características, dando base ao anteprojeto, ao termo de referência ou ao projeto básico, caso de conclua pela viabilidade da contratação". (IN n°. 40, de 26/05/2020, do Ministério da Economia), nos termos do art. 6º, XX da Lei Federal 14.133/2021, bem como Decreto Municipal 81 de 29, de dezembro de 2023.

Segundo o guia de boas práticas em contratação de soluções de tecnologia da informação do TCU - Tribunal de Contas da União, "a elaboração dos estudos técnicos preliminares constitui a primeira etapa do planejamento de uma contratação (planejamento preliminar)" (BRASIL, 2012, p. 39, in COSTA; BRAGA; ANDRIOLI, 2017).

Os estudos técnicos preliminares servem para:

a) Assegurar a viabilidade técnica da contratação, bem como o tratamento de seu impacto ambiental;

b) Embasar o termo de referência ou o projeto básico, que somente é elaborado se a contratação for considerada viável, bem como o plano de trabalho, no caso de serviços" (BRASIL, 2012, p. 39, in COSTA; BRAGA; ANDRIOLI, 2017).

Nesse sentido, o TCU, **através do Acórdão nº 6.638/2015-1C**, recomendou a adoção de controles internos de forma a assegurar que as contratações sejam precedidas de estudo técnico preliminar, que servirá de base para a elaboração do termo de referência ou projeto básico, devendo conter, entre outros aspectos o levantamento do mercado, a escolha do tipo de solução, estimativas preliminares de preços, descrição da solução como um todo, justificativas para o parcelamento ou não da solução, os resultados pretendidos, as providências para adequação do ambiente do órgão, se for o caso, análise de risco, bem como declaração da viabilidade da contratação (BRASIL, Franklin).

No âmbito do TCU é possível vislumbrar jurisprudência pacífica no sentido da obrigatoriedade dos estudos técnicos preliminares, seja para contratação de obras, serviços ou



compras. (Acórdão 3.215/16 – Plenário; Acórdão 212/17 – Plenário; acórdão 681/17 – Primeira Câmara; e Acórdão 1.134/17 – 2a Câmara), (COSTA; BRAGA/ ANDRIOLI,2017).

De maneira que o objeto em análise neste estudo técnico preliminar tem a premissa de estabelecer as condições necessárias para a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de recuperação de créditos junto à Receita Federal em prol da Administração Municipal de Várzea Grande.

A presente contratação do Município de Várzea Grande/MT, através da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, se faz necessário para a compensação e desoneração da folha de pagamento junto à Receita Federal, bem como visando respaldar as inúmeras impugnações de recursos administrativos e revisão fiscal junto à Receita Federal do Brasil.

É notório que um dos grandes problemas em relação à gestão das contas públicas e dos Gestores Públicos é o desequilíbrio entre Receitas e Despesas Correntes, gerando assim uma insuficiência de arrecadação e um baixo fluxo de verbas, no que tange as políticas públicas necessárias ao desenvolvimento, a sustentabilidade e ao equilíbrio fiscal.

Neste sentido, a vantagem para a Municipalidade advinda da contratação de particular para atuar em cooperação técnica com o Município, através de Empresa Privada, com conhecimentos técnicos e especializado na área previdenciária, tributária, pública e fiscal e expertise, tendo em vista à escassez de recursos técnicos, humanos e tecnológicos que impedem a realização de diversas políticas públicas essenciais ao desenvolvimento dos Municípios, focado na construção da relação equilibrada entre os elementos de receita e despesa que compõe a matriz fiscal, promovendo assim a recuperação de créditos em prol da Administração.

O Município de Várzea Grande tem adotado medidas rigorosas para preservação do equilíbrio fiscal a partir de ações efetivas para a revisão e controle dos gastos públicos.

Desde o ano de 2017, frente a necessidade de adequação das despesas à queda abrupta de arrecadação provocada pela crise financeira nacional, foram adotadas medidas como a revisão dos impostos municipais, programas de recuperação do crédito tributário, aperfeiçoamento nos procedimentos de apuração e recebimento da dívida ativa, dentre outras.

Nesse sentido, potencializa-se a necessidade do acompanhamento sistematizado da maior despesa do Município, ou seja, a folha de pagamento dos seus servidores, necessitando que sejam analisadas todas as alternativas legais que possam contribuir para a sua desoneração e estabilização.



A possibilidade de recuperação de créditos decorrentes de pagamentos indevidos a maior ao INSS, relativos a contribuições sociais e previdenciárias e verbas indenizatórias da folha de pagamento, bem como a possível redução do montante da dívida previdenciária assumida pelo Município, inclusive quitada, incluída em processos de parcelamentos de débitos, são ações que devem ser efetivadas pelo Município.

Tal afirmação decorre da constatação de que, ao longo do tempo, a legislação tributária vem sofrendo inúmeras alterações quanto ao seu entendimento e aplicação, constituindo-se em vasta jurisprudência a respeito do assunto, que não são adotadas de ofício pelas autoridades fiscais que controlam os débitos municipais, e que podem motivar a formalização de processos administrativos perante a Receita Federal do Brasil solicitando a compensação ou restituição de valores recolhidos a maior.

Além disso, a própria Receita Federal do Brasil estabelece os procedimentos de recuperação e compensação dos valores, o que favorece, em muito, o encaminhamento das providências do Município nesse sentido.

**Considerando a necessidade de identificação e compensação de possíveis créditos previdenciários e decorrentes de contribuições sociais, de forma a tentar evitar ao máximo a eminente prescrição dos mesmos, e em decorrência de uma demanda que a demanda laboral, técnica e temporal impede que as análises sejam realizadas por meio de servidores do seu próprio quadro funcional, justifica-se a abertura de procedimento licitatório em busca da contratação dos serviços ora pretendido.**

Apesar do entendimento comum pela não excepcionalidade dos serviços, neste momento, não há viabilidade nas realizações dos mesmos sem a realização da contratação externa.

Desta forma, não pretende a administração municipal terceirizar continuamente atividades consideradas típicas, mas sim, de forma excepcional e extraordinária, contratar prestação de serviços, mediante objeto específico, previamente definido, e por prazo fixado.

É importante esclarecer que esta municipalidade não se furta do seu dever de fazer nem das obrigações impostas por sua atividade, entretanto, não dispõe dessa expertise distintiva, não dispõe junto ao seu quadro de servidores, de quantitativo de profissionais suficientes para atender às inúmeras necessidades inerentes a esta demanda sem prejuízo de suas atividades rotineiras.

Assim, realizar a contratação por intermédio de Pregão na Modalidade Eletrônica, com Registro de Preços torna mais competitiva a contratação, possibilitando que a Administração



contrate empresa com expertise na prestação dos serviços ora pleiteados, bem como, o Registro de Preços traz economicidade e otimização para a Administração, nos termos do previsto no art. 28, I e 82 da Lei Federal 14.133/2021, uma vez que poderá a Administração contratar empresa com capacidade técnica operacional e expertise, para o levantamento dos reais valores disponíveis a recuperar, bem como, dialogar jurídica e legalmente com a Receita Federal de demais Entes, possibilitando ao Município alcançar equilíbrio financeiro e fiscal junto ao fisco e cofres públicos.

## 2. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:

O Município de Várzea Grande/MT, possui créditos a serem recuperados, objeto do pagamento indevido de contribuições sociais, impostos, encargos sobre folha de pagamento e financiamentos que constituem receita, da qual este ente federativo não pode abrir mão. Os recursos obtidos após a recuperação dos respectivos créditos, ao ingressarem nos cofres do tesouro municipal, possibilitará uma maior celeridade ao desenvolvimento sócio econômico do município, principalmente, por meio de maiores investimentos em infraestrutura, fator que levou a Coordenação Municipal de Administração e Finanças a promover os atos com a finalidade de contratação dos serviços especializados na recuperação de créditos junto à Receita Federal do Brasil.

Para tanto a empresa contratada deverá prestar consultoria e auditoria tributária para realizar o levantamento dos valores referentes às verbas de natureza indenizatória, indevidamente incluídas na base de cálculo das contribuições previdenciárias dos servidores públicos municipais;

Realizar a avaliação do **Risco Ambiental do Trabalho (RAT)**, que trata do percentual pago pelas empresas não optantes pelo Simples Nacional à Previdência Social, considerando o nível de risco das atividades desempenhadas pelos colaboradores, verificando se está sendo recolhido de acordo com a Súmula no 351 do Superior Tribunal de Justiça.

Realizar avaliação com a **COSIT n.º 149/2023 da Receita Federal do Brasil (Coordenação Geral de Tributação)**, que detêm a competência para solucionar a Consulta Sobre Classificação Fiscal de Mercadorias compete à Coordenação-Geral de Tributação e que traz as regras que o Fisco entende aplicáveis para que não haja tributação no reembolso de despesas rateadas entre empresas ligadas, quando a empresa centralizadora estiver sujeita ao lucro presumido.

Na hipótese da COSIT julgar que o processo de Consulta como não eficaz, com a publicação do Despacho Decisório declarada a ineficácia, deverá a Contratada executar todas as



medidas com vistas a promover o encontro de contas entre débitos e créditos previdenciários do município e do regime geral de previdência social, nos termos **do art. 11 da Lei nº 13.485, de 2 de outubro de 2017**, que dispõe sobre o parcelamento de débitos com a fazenda nacional relativos às contribuições previdenciárias de responsabilidade dos estados, do distrito federal e dos municípios, e sobre a revisão da dívida previdenciária dos municípios pelo poder executivo federal; altera a lei nº 9.796, de 5 de maio de 1999; à luz da **Portaria RFB nº 754, de 21 de maio de 2018**, que dispõe sobre o encontro de contas entre débitos e créditos previdenciários dos Municípios e do **Regime Geral de Previdência Social, nos termos do art. 11 da Lei nº 13.485, de 2 de outubro de 2017**, com uso e ferramenta de software.

Será assim, necessário que a contratada disponha de equipe especializada técnico e operacional para a separação e coleta da documentação existente, realizando a análise das folhas de pagamento em confronto com a **GFIP** (*Guia de Recolhimento do FGTS e de Informações à Previdência Social que contém as informações de vínculos empregatícios e remunerações, geradas pelo aplicativo SEFIP (Sistema Empresa de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social).*

SEFIP é um Sistema Empresa de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social (SEFIP) é um aplicativo desenvolvido pela Caixa para o empregador e os recolhimentos por meio de **GPS** (*Guia de Previdência Social, para pagamento das contribuições previdenciárias*), bem como dos processos fiscais de parcelamentos de dívidas previdenciárias e demais contribuições sociais liquidadas e ativas, inclusive quitadas.

Desta forma, deverá a contratada realizar análise técnica da documentação coletada, identificando eventuais créditos que o Município possua junto a Receita Federal do Brasil, e orientando sobre a necessidade de ajustes para as eventuais incorreções nos procedimentos adotados nas folhas de pagamento para os recolhimentos das contribuições previdenciárias e sociais, incluindo a interação com o sistema informatizado de folha de pagamento de salários utilizado pelo Município de forma a adequar a base de cálculo das contribuições sociais e previdenciárias.

**3. Para a execução do levantamento, será necessário o desdobrando-se em (03) três eixos principais, a seguir detalhados.**

**a). Alíquota previdenciária:** Alíquota RAT (**Riscos Ambientais do Trabalho** – de 1%, 2% ou 3%), sob a ótica da atividade preponderante e o risco correspondente (leve, médio ou grave). Identificação das atividades de todos os servidores segurados pelo RGPS, que devem ser





relacionadas e enquadradas de acordo com a classificação na relação de atividades preponderantes, conforme os correspondentes graus de risco, então deve se verificar qual o nível de risco de atividade em que se concentra o maior número de servidores e sua alíquota correspondente para administração direta e indireta.

**b). Base de cálculo:** Revisão de toda a Base de cálculo previdenciária, destinada a apuração das contribuições perante o Regime Geral de Previdência Social (RGPS), no tocante ao enquadramento de decisões recentes e sedimentadas pela Receita Federal do Brasil quanto ao caráter indenizatório de cada verba que a compõe.

**c). Avaliação de multas e parcelamentos de débitos previdenciários e de demais contribuições sociais, perante a Receita Federal do Brasil:** Revisão dos processos administrativos e/ou de parcelamentos de débitos previdenciários e de demais contribuições sociais perante a Receita Federal do Brasil, nas esferas administrativas e/ou judiciais, existentes ou quitados, finalizados ou não, de forma a ser verificada toda a Base de cálculo previdenciária, utilizada na apuração dos mesmos, e com o respectivo enquadramento em decisões sedimentadas pela Receita Federal do Brasil.

Assim, a contratação de empresa especializada para execução de serviços de auditoria, estudos técnicos, realização de cálculos, análise e avaliação/revisão de recolhimentos e/ou contribuições realizadas pelo Município de Várzea Grande/MT à **Receita Federal do Brasil – RFB** e ao **Instituto Nacional do Seguro Social – INSS**, a partir de decisões consolidadas pela Receita Federal do Brasil, assim como a revisão dos parcelamentos previdenciários existentes, finalizados ou não, e a recuperação de eventuais créditos previdenciários e decorrentes de contribuições sociais, inclusive aqueles decorrentes da revisão da dívida previdenciária.

#### 4. DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

4.1. O prazo de vigência contratual será de 12 (doze) meses, contados da data de assinatura do respectivo contrato, podendo ser renovado nos termos do art. 105 e seguintes da lei 14.133/2021, segundo necessidade e conveniência da Administração.

Em caráter excepcional, não havendo homologação expressa ou tácita em razão do decurso de tempo, pela Receita Federal do Brasil quanto aos créditos compensados, e/ou decisão transitada em julgado, nas esferas administrativas e/ou judicial, poderá ser prorrogada a vigência contratual, por período superior a 60 (sessenta) meses e mediante termo aditivo, e preservadas as respectivas



obrigações contratuais da contratada, sendo vedado nessa hipótese, a realização de novas ordens de serviço.

Esse termo orientará os procedimentos técnicos do presente certame, nele estão contidas informações dos serviços a serem prestados.

## 5. RESULTADOS ESPERADOS

5.1. Espera-se com a contratação, que sejam adotadas medidas necessárias à revisão da dívida fundada do Município perante a Receita Federal do Brasil, objetivando a redução dessa dívida fundada, inclusive quitada e/ou a recuperação de valores já quitados, incluindo a orientação na elaboração de requerimentos administrativos de compensação ou restituição perante a Receita Federal do Brasil, sempre mediante a previa e expressa concordância do Município.

Bem como, espera-se orientação e capacitação ao Município através dos setores competentes no preenchimento da **SEFIP/GFIP** (*Sistema Empresa de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social, que é utilizado para a geração da GFIP - Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social*), no que tange aos dados apurados, e retificação das GFIP/SEFIP dos últimos 05 (cinco) anos, visando gerar o crédito a ser compensado.

Incluindo ainda toda orientação e capacitação quanto aos procedimentos de recuperação de créditos, como a compensação com obrigações correntes, quando possível, incluindo informações sobre a formalização do procedimento e a atualização mensal das planilhas de crédito.

Desta forma, é objeto espera-se da futura contratação que haja o acompanhamento dos processos administrativos formalizados pelo Município junto à Receita Federal do Brasil, sendo disponibilizado relatórios mensais e/ou sempre que solicitado pelo Município, sobre o andamento dos trabalhos contratados, até a efetivação das homologações de ressarcimento ou compensação de eventuais créditos apurados.

Deverá a contratada, realizar a abertura de **Dossiê Digital de Atendimento (DDA)**, junto a RFB, por intermédio dos Processos Digitais - E-Processo; para o acolhimento do requerimento de serviço e sua respectiva documentação, para análise da Receita Federal, cuja a abertura do Dossiê Digital de Atendimento, deverá ser realizada pelo preenchimento do formulário de **Solicitação de Dossiê Digital de Atendimento - SODEA**; através do Portal e-CAC, (*Centro Virtual de Atendimento ao Contribuinte*), (*e-CAC é uma plataforma online criada para oferecer serviços fiscais relacionados à Receita Federal ao contribuinte, mediante Procuração eletrônica concedida pela Prefeitura à licitante vencedora*).





#### 4 – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO/DURAÇÃO INICIAL DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO.

A Contratação será de natureza continuada, e excepcionalmente, poderá ser superior a 12 (doze) Meses. A contratação deverá se dar através de Pregão Eletrônico, adotando o Sistema de Registro de Preços no processo de aquisição de bens e serviços pela Administração Pública, ante a imprevisibilidade das demandas; a agilidade nas aquisições; a transparência; e a possibilidade de maior participação de pequenas e médias empresas, são algumas destas vantagens que, certamente, contribuem para o alcance da Eficiência Administrativa, fundamentada no **art. 105 e seguintes da Lei Federal 14.133/2021**.

#### 5 – ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES, ACOMPANHADAS DAS MEMÓRIAS DE CÁLCULO E DOS DOCUMENTOS QUE LHE DÃO SUPORTE

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	UNIDADE
1	Prestação de Serviços de recuperação de créditos junto a órgãos federais, estaduais e empresas de telefonia e iluminação, visando atender as necessidades da Administração Pública Municipal.	12	mês

**6 – ESTIMATIVA DE PREÇOS REFERENCIAIS:** conforme o § 3º do artigo 32 da Instrução Normativa nº 02/PRES/JCN/2023, nos casos em que seja inviável a predeterminação dos valores nominais dos itens do objeto a ser contratado via SRP tendo em vista as características do mercado e a fluidez dos preços, poderá ser adotado como critério de julgamento o maior desconto sobre valores estabelecidos em tabelas referenciais. Portanto, para o caso concreto o quantitativo estimado que se tem expectativa de recuperar em crédito ou compensação, não é totalmente previsível, motivo este que se deixará a cargo da contratada a constatação dos reais valores passíveis de restituir aos cofres públicos municipais e ou compensar junto aos Entes creditícios, considerando que a contratada deverá realizar:

a) A análise e levantamento quanto dos procedimentos pretéritos adotados pelo Município, relativamente às contribuições tributárias, referente à recuperação administrativa de créditos



pagos indevidamente, incluindo a retificação das GFIP/SEFIP, adequação da alíquota RAT, suspensão dos pagamentos da contribuição patronal incidente sobre outras verbas indenizatórias e apuração dos procedimentos adotados pelo município nos últimos 60 (sessenta) meses, relativos ao RAT, e outras verbas indenizatórias.

b) Análise e levantamento quanto referente as Retenções do Imposto de Renda.

c) Análise e levantamento quanto referente a recuperação e incremento de receitas decorrentes de auditoria do Simples Nacional.

d) Análise e levantamento quanto a Recuperação de imposto de ISS do município.

e) A análise e o levantamento quanto a Recuperação dos saldos nas contas correntes, vinculadas aos antigos blocos de financiamento de atenção básica; atenção de média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar; gestão do SUS, assistência farmacêutica e vigilância em saúde e transferidos até o exercício de 2017.

f) A análise e o levantamento quanto a recuperação referente as antenas de telefonia celular **Taxas de Licença Ambiental (TLA)** das Estações Rádio Base (ERBs) do setor de telecomunicações (*Estações Rádio Base (ERBs) são equipamentos que fazem a conexão entre os telefones celulares e a companhia telefônica. É a denominação dada em um sistema de telefonia celular para a Estação Fixa com que os terminais móveis se comunicam*).

g) Prestação de serviços técnicos especializados de consultoria e assessoria visando a emissão de laudos e pareceres técnicos sobre grandezas elétricas (*consumo, energia, potencia, dentre outros*) e sobre Quadro de Iluminação Pública (QIP) visando a repetição de indébito decorrentes de cobranças indevidas (a maior) nas contas de energia elétrica de titularidade do município

## 7 – LEVANTAMENTO DE MERCADO E JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DO TIPO DE SOLUÇÃO A CONTRATAR.

A contratação a que se refere o presente ETP se dará por item único tendo em vista se tratar de prestação de serviços e **o valor máximo a ser pago à contratada será *ad êxito*, na ordem de 20%**, e será contratada a empresa que ofertar o maior percentual de desconta na taxa ofertada, dentro do limite máximo, e que for classificada na apresentação do Sistema, Capacidade Operacional de Recuperação dos Créditos.

## 8 – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO DEFINIDOS COMO PRODUTOS DO TRABALHO:



- a) Emissão de Laudo de Preponderância, dos 05 (cinco) últimos exercícios administrativo/ano envolvidos na compensação/ou restituição, assinado por profissional habilitado da licitante vencedora.
- b) Produção de relatórios mensais prévios contendo a conclusão dos procedimentos de levantamento e análise das informações mencionadas.
- c) Elaboração de planilhas contendo todos os créditos identificados e atualizados.

### **8.1.3. REQUISITOS DE AMBIENTE:**

**8.1.4.** A solução tecnológica para apuração do INSS deverá funcionar em Data Center, como um serviço SAAS, (sigla para *Software a Service*, em tradução livre, *Software como um Serviço*, ou seja, um tipo de software que se usa como um serviço, gratuito ou não), onde toda a estrutura computacional deverá estar disponível com o próprio software (servidores, conectividade, segurança de informações, instalações de versões de quaisquer aplicativos), e ser acessível através de protocolo seguro (HTTPS).

### **8.2 REQUISITOS DE TECNOLOGIA:**

**8.2.1.** A utilização do software aqui especificado deverá ser totalmente responsiva, característica esta que permite ao software se adaptar ao tamanho da tela do dispositivo em que está sendo executado, sem a necessidade de ter que ampliar a tela através de zoom, permitindo a sua execução diretamente a partir dos principais browsers do mercado bem como em qualquer dispositivo eletrônico como Smartphones e Tablets, além de ser capaz de enviar mensagens SMS.

**8.2.2.** A apresentação de resultados do sistema deverá ser baseada tanto no próprio software como em software de BI (Business Intelligence) integrado ao mesmo.

**8.2.3.** Deverá ser capaz de acessar a base de dados SEFIP do Governo, instalado no mesmo local do sistema de Verbas Indenizatórias, de forma que permita a atualização dos valores base de INSS apurados e revisados pelo sistema de Verbas Indenizatórias automaticamente.

### **8.3. UTILIZAÇÃO DE FERRAMENTAS TECNOLÓGICAS**

**8.3.1.** Durante toda a execução dos serviços, objetivando a celeridade na recuperação créditos e a segurança jurídica de valores eventualmente sonegados, a empresa licitante deverá possuir ferramentas tecnológicas para executar os serviços de recuperação de previdenciária.



**8.3.2.** Deverá **disponibilizar solução tecnológica** para apuração do RAT Previdenciário/Verba Indenizatória e deverá funcionar em Data Center, como um serviço (SaaS), onde toda a estrutura computacional deverá estar disponível com o próprio software, servidores, conectividade, segurança de informações, instalações de versões de quaisquer aplicativos e ser acessível através de protocolo seguro (HTTPS).

**8.3.3.** Deverá ser capaz de acessar a base de dados SEFIP do Governo, instalado no mesmo local do sistema de Verbas Indenizatórias de forma que permita a atualização dos valores base de INSS apurados e revisados pelo sistema de Verbas Indenizatórias, automaticamente.

**8.3.4.** A ferramenta deverá ser capaz de proporcionar a apuração e a revisão dos créditos previdenciários, a partir de fontes de dados eletrônicos de documentos conforme especificações a seguir:

**8.3.5.** A ferramenta deverá criar e manter banco de dados relacional para armazenamento dos dados provenientes dos arquivos de folha de pagamentos analíticas contendo nome, matrícula, eventos e bases de cálculo, disponibilizadas pela administração pública, preferencialmente no formato TXT ou PDF.

**8.3.6.** Para apuração do RAT/FAP Previdenciário e Verbas de Natureza Indenizatória, a ferramenta deverá:

- a) Possibilitar registrar percentuais de **RAT e FAP** de forma mensal (*Fator Acidentário de Prevenção (FAP) é um índice que está 0,5000 e 2,0000 que é multiplicado pela alíquota dos Riscos Ambientais do Trabalho (RAT), podendo dobrar ou diminuir o valor que as empresas devem pagar pela aposentadoria proveniente de acidentes no trabalho.*
  - b) Possibilitar registrar taxa SELIC de um determinado período (*taxa básica de juros da economia, que influencia outras taxas de juros do país, como taxas de empréstimos, financiamentos e aplicações, etc.*)
  - c) Possibilitar registrar rubricas de provento e descontos referente a folha de pagamento.
  - d) Possibilitar registrar faixas de previdência social.
  - e) Possibilitar registrar regime de contratação dos servidores.
  - f) Possibilitar registrar lotações e locais de trabalho dos servidores/funcionários.
  - g) Possibilitar registrar faixas de previdência social para cálculo de forma progressiva.
- de planilhas, PDF's ou arquivos em formato texto.



- h) Permitir que seja feita a importação da folha analítica de pagamentos de forma automática por meio de planilhas, PDF's ou arquivos em formato texto.
- i) Realizar apuração dos valores da base de cálculo da previdência a partir da configuração das rubricas de forma individualizada, individualizada e mensal, consolidada mensal e consolidada por período.
- j) Realizar apuração dos valores devido do desconto da previdência a partir da configuração das rubricas de forma individualizada, individualizada e mensal, consolidada mensal e consolidada por período.
- k) Realizar apuração das verbas indenizatórias a partir da configuração das rubricas de forma individualizada, individualizada e mensal, consolidada mensal e consolidada por período.
- l) Realizar impressão da apuração dos valores da base de cálculo da previdência.
- m) Realizar impressão da apuração dos valores devido do desconto da previdência.
- n) Realizar impressão da apuração das verbas indenizatórias.
- o) Permitir realizar lançamentos de créditos compensados e a compensar a partir da apuração realizada no período.
- p) Realizar a impressão de créditos compensados e a compensar a partir da apuração realizada no período.
- q) Permitir geração/interação/importação com a SEFIP, para realizar o lançamento das informações retificadas com os devidos valores apurados.

**8.3.7.** Ficará a cargo da Contratante caso entenda necessário solicitar que a empresa realize a apresentação do sistema em que deverá dispor todas as ferramentas tecnológicas com as especificações acima citadas e, sendo declarada habilitada, a licitante, deverá demonstrar as respectivas funcionalidades, em conformidade com as necessidades do Município, demonstrando os Requisitos Funcionais e ser capazes de proporcionar os relatórios aos técnicos do Município sobre apuração, levantamento e a revisão dos créditos previdenciários, a partir de fontes de dados eletrônicos de documentos especificados a seguir:

## **8.4. RELATÓRIOS GERENCIAIS**



**8.4.1. O sistema deverá conter relatórios para auxílio ao corpo de fiscalização**, todos podendo serem gerados em formato PDF, XML, XLS ou TXT, como resultado do processamento dos arquivos de folhas analíticas (em formato PDF ou TXT) disponibilizadas ao sistema.

a) Deverá apresentar relatório de forma analítica, que demonstre todos os créditos recuperados, por evento, de cada servidor, informando o evento, competência, crédito recuperado original e atualizado bem como os índices aplicados.

b) Deverá apresentar relatório de forma sintética, que demonstre todos os créditos recuperados, por competência e exercício, informando o ano, mês, crédito recuperado original e atualizado, bem como os índices aplicados.

c) Deverá apresentar relatório de compensação de créditos, informando referências, datas de compensações, valores a compensar e saldo.

**8.4.2. O Sistema deverá apresentar no mínimo as seguintes funcionalidades**, no que se refere à apuração e revisão dos créditos previdenciários:

a) Deverá permitir o lançamento dos índices previdenciários (FAP e RAT) bem como percentual da instituição, de cada exercício para reconstituição dos novos valores bases de INSS

b) Deverá permitir o lançamento da SELIC acumulada mensalmente para atualização dos valores apurados.

c) Deverá permitir a parametrização de eventos passíveis de recuperação de crédito previdenciário.

d) Deverá permitir o acompanhamento das compensações de créditos, com base em lançamentos de valores a compensar, informando data de compensação, competências utilizadas para composição do crédito e competência a creditar.

e) Deverá permitir o lançamento da tabela de contribuição de INSS de cada exercício para cálculo do novo valor base de INSS bem como aferição do valor atual obtido das folhas analíticas.

## **8.5. RECUPERAÇÕES DE IMPOSTO DE RENDA RETIDO NA FONTE:**

**8.5.1.** Considerando que a Constituição Federal entregou aos municípios (art. 188, I) a arrecadação do imposto de renda retido na fonte sobre os rendimentos pagos, dessa forma, a receita do imposto de renda retido na folha de pagamento dos funcionários municipais pertence ao próprio município, em vez de ser repassado para a União.





**8.5.2.** O Supremo Tribunal Federal, ao julgar o Recurso Extraordinário 1293453, decidiu pela extensão da destinação aos municípios de todo o imposto de renda retido na fonte incidente sobre valores pagos pelos municípios, não só sobre os valores da folha. Consequentemente, o valor do imposto de renda retido sobre todos os demais pagamentos do município passou a ser receita do município, não precisando mais serem repassados à União. Assim, ao transformar em 2023 a decisão do recurso extraordinário 1293453 no Tema 1130 o STF garantiu a todos os municípios iguais tratamentos (Repercussão Geral), não sendo necessário mais postular em juízo individualmente.

**Considerando que a decisão do STF gera duas situações distintas:**

**Situação 1<sup>a</sup>** – Será necessário que o município regule a cobrança, instituindo através de Decreto do Prefeito, anexando a ele a tabela de alíquotas publicada pela Instrução Normativa da Receita Federal e, dessa forma, passar arrecadar para si o que era recolhido para o Tesouro Nacional, o imposto de renda de todos os bens e serviços adquiridos pelo Município. Esta cobrança não gera acréscimo ao valor dos bens e serviços adquiridos, pois serão lançados à crédito das empresas e compensados nos lançamentos da escrituração fiscal;

**Situação 2<sup>a</sup>** – O Município poderá levantar o que foi retido e recolhido nos últimos 5 anos e pedir a restituição ao Tesouro Nacional, cujo pedido poderá ser feito administrativamente.

Ressaltando que em relação a primeira situação, a regulamentação é imprescindível, uma vez que a Lei de Responsabilidade fiscal atribui como requisito na gestão fiscal a efetiva arrecadação de todos os tributos do município. Dessa forma a omissão dessa regulamentação constitui infração passível de detecção pelos Tribunais de Conta e pelo Ministério Público e Responsabilização do gestor Público.

**9. SERVIÇO DE AUDITORIA DAS EMPRESAS OPTANTES PELO SIMPLES NACIONAL, COM UTILIZAÇÃO DE SOFTWARE**

**A contratada deverá realizar o** Levantamento e o assessoramento para identificação, fiscalização e recuperação de créditos tributários pretéritos, referente ao ISSQN, dos contribuintes optantes pelo Simples Nacional, juntamente com o fornecimento de técnicas metodológicas especializadas para coordenação e efetivação continuada dos serviços, incluindo:



- a. Realização de *due diligencie* tributário promovendo o levantamento do valor do ISSQN sonegado ou pago a menor, de modo massivo e sistêmico, com entrega de relatório comprovando a certeza e liquidez do crédito tributário;
- b. Assessoria na elaboração do Auto de Infração e intimação para o pagamento do crédito tributário, bem como o cumprimento dos prazos e/ou, e eventual aplicação de penalidades previstas na legislação municipal.

## **9.1 – PROCEDIMENTOS E CONDIÇÕES MÍNIMAS NECESSÁRIOS PARA JULGAMENTO TÉCNICO DO SISTEMA OPERACIONAL DA CONTRATADA:**

A contratação a que se refere o presente ETP se dará por item único tendo em vista se tratar de prestação de serviços vinculados, visando trazer benefícios creditícios para Prefeitura Municipal de Várzea Grande/MT.

**9.2. Finalizada a etapa de classificação** da proposta mais vantajosa para a Administração, será a Licitante poderá ser convocada para a apresentação do sistema, que dispõe e de todas as ferramentas tecnológicas com as especificações, como condição de habilitação, caso a Contratante entender necessário.

Convocada, a Licitante, deverá demonstrar as respectivas funcionalidades, teste de conformidade, os Requisitos Funcionais, deverá ser capaz de proporcionar os relatórios aos técnicos do Município, que irão apreciar a apresentação, quanto a capacidade da Licitante de realizar a apuração e a revisão dos créditos previdenciários.

**Deverá utilizar fontes de dados eletrônicos de documentos, como, ou a partir de dados como os especificados a seguir:**

**9.3. Dispor de** software 100% (cem por cento) WEB e executável diretamente a partir dos principais browsers do mercado, sendo eles no mínimo os navegadores Microsoft Edge, Google Chrome, Firefox e Safari, nas versões desktop e mobile. A interface deverá ser responsiva, ou seja, a tela do sistema deverá se ajustar ao tamanho da tela do dispositivo em que for executado. O Sistema deve utilizar o protocolo HTTPS (HyperTextTransferProtocolSecure), para transferência de dados na internet de forma segura, com a utilização de um certificado seguro válido SSL (Secure Sockets Layer) emitido por uma *Autoridade Certificadora (CA)*, para garantir a integridade, autenticidade e confidencialidade das informações recebidas e enviadas através do sistema.

**9.4. Dispor de** Sistema acessível com uso de certificado digital, que poderá ser configurado como forma de acesso exclusiva de específicos usuários, emitido por uma Autoridade Certificadora



credenciada pela ICP-Brasil, de pessoa Física ou Jurídica, capaz de garantir a autenticidade do contribuinte. *(ICP-Brasil é a entidade responsável por garantir a validade jurídica com a assinatura eletrônica e é referência no país, pois garante mais segurança durante a emissão dos certificados digitais. Logo, para garantir processos mais seguros, utilize sempre os certificados no padrão da ICP-Brasil, de pessoa física ou Jurídica, capaz de garantir a autenticidade do contribuinte).*

**9.5. Ter condições de possibilitar que** todos os relatórios e notificações gerados pelo sistema deverão possuir um QRCode em seu conteúdo para garantir a autenticidade dos documentos. A leitura do QRCode por um dispositivo móvel deverá realizar o download de uma cópia do documento que o possui, garantindo assim sua veracidade.

**9.6. Dispor de condição técnica para que qualquer** tipo de carga de arquivo no sistema seja executado em segundo plano e de forma simultânea, ou seja, deverá ser permitido realizar o upload de um ou mais arquivos ao mesmo tempo, possibilitando que durante o processamento, o sistema não fique em espera, contribuindo para melhor dinâmica das atividades do usuário do sistema. Ainda, o **sistema deverá possuir o recurso de geocodificação** para obtenção das coordenadas geográficas do contribuinte através do endereço, permitindo que o mesmo seja plotado em um recurso de mapa fornecido pela própria ferramenta, tendo como camada base o Google Maps, permitindo que o contribuinte seja localizado geograficamente.

**9.7. O Sistema deverá permitir que a cada** notificação expedida para um contribuinte, o contador responsável seja informado prontamente via SMS (mensagem de texto) sobre o envio de e-mail referente a tal notificação para o e-mail devidamente cadastrado em sua conta.

**9.8. A solução tecnológica para apuração do SIMPLES** deverá funcionar em DataCenter, com hospedagem primária em território nacional, a fim de reduzir a latência para os utilizadores, possuir alta disponibilidade com balanceamento de carga e contingência operacional, como um Serviço SaaS, onde toda a estrutura computacional deverá estar disponível com o próprio software (serviços, conectividade, segurança de informações, instalação de versões de quaisquer aplicativos).

**9.9. A Contratada deverá garantir transferências de** dados ilimitadas no Datacenter, tanto de entrada quanto de saída, relativas à produtividade da solução adotada, em face das requisições e acessos provenientes da internet pública.

**9.10. A Contratada deverá garantir que o armazenamento completo de dados,** em decorrência da operacionalização das Soluções no Datacenter, ocorra de forma ilimitada.



**9.11. O sistema operacional para apuração do SIMPLES NACIONAL deverá permitir** a integração com outros sistemas de gestão tributária utilizados pela Secretaria Municipal de Fazenda, possibilitando a exportação de todos os dados dos contribuintes do Simples Nacional dos Municípios, respeitadas todas as legislações vigentes, referente à proteção das INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS relativas aos contribuintes do Simples dos Municípios, através dos arquivos do PGDAS e todo seu conteúdo, dos dados da NF-e (Nota Fiscal Eletrônica). *(PGDAS é o Programa Gerador do Documento de Arrecadação do Simples Nacional usado para calcular os impostos a serem pagos por empresas optantes desse regime tributário, a declaração dos valores à Receita Federal e a geração do DAS e todo seu conteúdo, dos dados da NFE).*

**9.12. Proporcionar para que** todos os bancos de dados gerados e utilizados pelo sistema serão de propriedade da Prefeitura Municipal a qual deverá ser fornecida a senha de administrador, imediatamente após a criação de cada banco. Não será permitida a movimentação/cópia destes. Sempre que solicitado e em formato previamente definido pelo Município, em um **prazo máximo de 5 dias**, a contratada deverá fornecer dicionários de dados e cópia backup necessária a respeito dos bancos de dados e para que, ao final do contrato, possa ser realizada a migração dos dados sem perda de informações.

**9.13.** A contratada deverá manter um ambiente (sistema e base de dados) atualizado mensalmente ou quando solicitado, para testes e homologação, pois se faz imprescindível um ambiente de testes para uso em treinamentos internos e testes de atualizações do próprio software antes que as mesmas sejam colocadas em produção.

**9.14. A contratada terá que disponibilizar ambiente de consulta aos dados no layout dos sistemas contratos por 2 (dois) anos contados a partir do encerramento do contrato.**

**9.15.** É de responsabilidade da empresa contratada o desenvolvimento de ambiente WEBSERVICE, quando solicitado, para integração de qualquer Sistema legado da Prefeitura Municipal. *(Web Service é um serviço de aplicação que pode ser acessado usando os protocolos padrão da Web, como por exemplo http, https, etc. WEB SERVICES podem ser aplicados a qualquer tipo de plataforma de integração e suportam tanto aplicações ponto-a-ponto quanto aplicações distribuídas),*

## **10. DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA E LEVANTAMENTO POR ÁREA DE RECUPERAÇÃO DE CRÉDITOS:**

**10.1.** A Lei de Responsabilidade Fiscal – LC nº 101 de 04 de maio de 2000, estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, com amparo na Constituição, estabeleceu-se procedimentos e regras bastante claros para a condução e gestão da disciplina fiscal



para todos os níveis da administração pública direta, onde se torna público e notório que um dos grandes problemas em relação à gestão das contas públicas e dos Gestores Públicos é o desequilíbrio entre Receitas e Despesas Correntes, gerando assim uma insuficiência de arrecadação e um baixo fluxo de verbas, no que tange as políticas públicas necessárias ao desenvolvimento, a sustentabilidade e ao equilíbrio fiscal.

**10.2.** Neste sentido, a vantagem para a Municipalidade advinda da cooperação técnica, ação de Empresa Privada, com conhecimento técnico e especializado na área previdenciária, tributária, pública e fiscal conduz a frutos imateriais, conhecimento adquirido nos procedimentos e processos, e materiais com dispêndios financeiros a título de remuneração pelos serviços prestados na medida proporcional, acertada em contrato, aos valores auferidos como fruto da realização do objeto contratual e quando percebido no erário público a efetiva entrada ou a redução da saída de recursos financeiros, buscando assim, o enfrentamento à escassez de recursos que impede a realização de diversas políticas públicas essenciais ao desenvolvimento dos Municípios, focado na construção da relação equilibrada entre os elementos de receita e despesa que compõe a matriz fiscal, além de promover a eventual recuperação de créditos em que o ente tenha direito.

### **10.3. ASSESSORIA TRIBUTÁRIA ISSQN**

**10.3.1. Deverá a contratada realizar o levantamento** de informações e constituição de créditos tributários diversos, via auditoria, visando a recuperação de créditos tributários de ISSQN, não recolhidos nos últimos 05 anos pelos bancos, cartórios, mineradoras e grandes prestadores de serviços. A auditoria realizada permitirá a apuração e constituição dos créditos eventualmente sonegados.

**10.3.2. Promover** os serviços de assessoria e suporte ao setor de finanças no estudo e levantamento de todas as grandes obras realizadas no espaço geográfico do Município nos últimos cinco anos, inclusive linhas de transmissão e distribuição e subestações de energia elétrica e torres de telefonia e de energia eólica.

**10.3.3. Prestar Consultoria tributária especializada** destinada a dar suporte técnico e documental às auditorias fiscais a serem realizadas junto aos contribuintes.

**10.3.4. Prestar Consultoria especializada no suporte técnico** à cobrança administrativa dos valores de ISSQN sonegados e identificados nas auditorias.

**10.3.5. Prestar Consultoria de apoio técnico e suporte na elaboração de notificações e Autos de Infração (AI)** decorrentes do levantamento realizado.



**10.3.6.** Prestar Assessoria e apoio técnico na constituição de créditos tributários decorrente da operação das empresas do setor de telecomunicações (estações rádio base - antenas de telefonia - e empresas de Internet).

**10.3.7.** Assessoria e suporte na elaboração de estudos para a constituição de créditos tributários de postos de atendimentos bancários, cartórios, instituições de ensino, construtoras, dentre outros.

**10.3.8.** Prestar Assessoria na constituição de créditos relativos à **Taxa de Localização e Funcionamento (TLF), Taxas de Licença Ambiental (TLA)**, assim como ISSQN das estações de rádio base (ERBs), dentre outros relacionados ao setor de telecomunicações.

**10.3.9.** Prestar Assessoria e suporte técnico na constituição de créditos de operadoras de cartões de créditos e de postos de atendimentos bancários.

**10.3.10.** Prestar Assessoria e suporte técnico na constituição e recolhimento de tributos relacionados aos cartórios e atividades semelhantes.

**10.3.11.** Realizar o Levantamento de dados, diagnóstico, acompanhamento, elaboração de pareceres cálculos e atualizações de valores, conforme legislação específica e resoluções Aneel, para cobrança de créditos, e de diferenças e recuperação de ISS próprio da distribuidora de energia, sobre os terceirizados que realizam a manutenção da rede de distribuição de energia e da rede de iluminação pública para as distribuidoras de energia, além do ISS sobre o uso compartilhado dos postes da rede de distribuição de energia por terceiros, assim como ISS sobre serviços de construção e manutenção de redes de transmissão e distribuição e subestações de energia elétrica.

**10.3.12.** Realizar o Levantamento de dados, diagnóstico, acompanhamento, elaboração de pareceres, cálculos e atualizações de valores, conforme legislação específica e resoluções ANEEL (*Agência Nacional Energia Elétrica*) e elaboração de laudo de iluminação pública para cobrança de créditos de diferenças ICMS, PIS/COFINS, sobre os valores pagos a distribuidora na conta de energia elétrica.

**10.3.13** Assessorias no levantamento e constituição de créditos tributários de ISSQN de grandes contribuintes, do simples nacional e de operadoras de cartão de crédito.

## **11. DAS ROTINAS APLICADAS NAS AÇÕES FISCAIS**

**Nos procedimentos de fiscalização dos sujeitos passivos do ISSQN deverá ser observada pela contratada as rotinas abaixo descritas:**





- 11.1.** Emissão de o Termo de Início de Fiscalização, em 02 (duas) vias, especificando, ainda, os documentos necessários para exame, o prazo e o local para entrega dos mesmos;
- 11.2.** Proceder às diligências necessárias para localização do sujeito passivo; Dar ciência ao sujeito passivo do Termo de Início de Fiscalização; Receber a documentação solicitada no Termo de Início de Fiscalização;
- 11.3.** Realizar análise criteriosa da documentação e das operações do sujeito passivo visando a comprovar ou desconsiderar os fatos que motivaram a fiscalização, bem como a identificação de infrações à legislação tributária;
- 11.4.** Apurar a base de cálculo do ISSQN devido, conforme Planilha com modelo anexo (esse modelo será desenvolvido de acordo com cada atividade);
- 11.5** Na ocasião em que a base de cálculo for arbitrada, emitir Planilha detalhando a constituição do valor arbitrado, consignando, inclusive, todo procedimento adotado para o arbitramento;
- 11.6.** Caso haja diferença de imposto a recolher, tanto próprio como de terceiros, o Fiscal de Tributos deverá lavrar Auto de Infração com o valor apurado, aplicando a multa devida, conforme o caso; lavrar o auto de infração consignando a obrigação tributária descumprida;
- 11.7.** Lavrar o Termo de Encerramento de Fiscalização e Relatório Conclusivo da Ação Fiscal relatando o trabalho realizado no procedimento fiscal;
- 11.8.** Devolver a documentação recebida caso sejam documentos impressos, permanecendo com cópias dos documentos que se façam necessários ao embasamento das autuações e das conclusões constantes no relatório e no Termo de Encerramento de Fiscalização;
- 11.9.** Elaborar relatório semanal do andamento da ação fiscal, para controle do Chefe da Divisão de Fiscalização;
- 11.10.** Caso não seja possível a localização do sujeito passivo para ciência do início da ação fiscal, o Fiscal de Tributos deverá emitir o Termo de Encerramento da Fiscalização, relatando as diligências realizadas;
- 11.12.** O sujeito passivo poderá apresentar justificativa, por escrito, dentro do prazo fixado no Termo de Início de Fiscalização para a entrega da documentação, com os motivos do não atendimento à notificação, sendo que, a critério do Fiscal de Tributos, poderá ser concedido novo prazo para apresentação da referida documentação;



**11.13.** Caso o sujeito passivo não entregue a documentação solicitada, no prazo estabelecido, e não solicite a prorrogação do prazo para a apresentação da mesma; o Fiscal de Tributos deverá lavrar Auto de Infração por embarço à fiscalização;

**11.14.** A resistência do sujeito passivo em apresentar a documentação solicitada nos procedimentos fiscais resultará no arbitramento da base de cálculo previsto no art. do CTM do Município.

**12. Na análise do cumprimento das obrigações acessórias o Fiscal de Tributos deverá verificar, no mínimo, o seguinte:**

**12.1.** Se os dados cadastrais estão atualizados;

**12.2.** Se está sendo emitida nota fiscal de serviço para todo serviço prestado;

**12.3.** Se estão sendo escriturados os livros fiscais obrigatórios, se for o caso;

**12.4.** Se está sendo realizada a retenção e recolhimento de ISSQN de terceiros,

**12.5.** Se o contribuinte fiscalizado está ou não enquadrado como substituto tributário;

**12.6.** Se estão sendo cumpridas as demais obrigações acessórias previstas na legislação.

**13. Na análise do cumprimento das obrigações tributárias relacionadas com os serviços prestados deverá ser observado, no mínimo, o seguinte:**

**13.1.** Identificar a(s) atividade(s) realizada(s) pelo sujeito passivo e seu enquadramento na lista de serviços anexa à Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003 reproduzida pela CTM de Várzea Grande/MT (Código Tributário Municipal);

**13.2.** Apurar os fatos geradores do ISSQN, por competência tributária, com base nas notas fiscais emitidas, contratos de prestação de serviços, livros contábeis ou em outros elementos disponíveis, elaborando Levantamento Contábil específico;

**13.3.** Caso o contribuinte não tenha emitido nota fiscal de serviço ou se a quantidade emitida demonstre ser incompatível com a atividade ou com o porte da empresa, o Fiscal de Tributos deverá analisar nos registros e controles das operações realizadas se há outros valores passíveis de enquadramento como receita tributável pelo ISSQN;

**13.4.** A base de cálculo será arbitrada quando for insatisfatória a análise nos registros contábeis, a documentação apresentada não mereça fé ou o contribuinte não tenha fornecido a documentação solicitada;



13.5. O arbitramento da base de cálculo do ISSQN deverá ser realizado de acordo com CTM do Município.

13.6. Na análise dos serviços tomados pelos sujeitos passivos, deverão ser realizados, no mínimo, os seguintes procedimentos:

13.7. Analisar os documentos comprobatórios e os registros contábeis de despesas com serviços de terceiros, pessoas físicas e jurídicas para identificação da ocorrência de fatos geradores do ISSQN sujeitos à retenção;

13.8. Registrar os documentos referentes às prestações sujeitas à retenção de ISSQN na fonte em Lançamento Contábil específico para apuração de possíveis diferenças de imposto a recolher por substituição tributária.

13.9. A comunicação da conclusão de procedimento fiscal e de AI (Alto de Infração), deverá ser acompanhada de cópia do relatório de análise e verificação fiscal, bem como das planilhas de apuração que serviram de base para as autuações realizadas.

#### **14. A CIÊNCIA DOS ATOS AOS SUJEITOS PASSIVOS E DECISÕES FAR-SE-Á:**

14.1. Pessoalmente ou por representante, mandatário ou preposto, mediante recibo datado e assinado; ou com menção da circunstância de que houve impossibilidade ou recusa de assinatura;

14.2. Por carta registrada com Aviso de Recebimento (AR), datado e firmado pelo destinatário ou alguém de seu domicílio. Quando por carta, na data do recibo de volta e, se for essa omitida, **15 (quinze) dias** após a entrega da carta no correio;

14.3. O recebimento da notificação será comprovado pela assinatura do notificado, mandatário ou preposto na via do documento que se destinar ao Fisco, quando esta for feita na forma dos itens acima.

14.4. A assinatura na notificação não importa em confissão de culpa ou de dívida, nem a sua falta ou recusa, em nulidade do lançamento, sendo que esta circunstância deverá ser mencionada pelo responsável da notificação.

14.5. Recebido o auto de infração, o sujeito passivo terá o **prazo de 30** (trinta) dias, contados da data do recebimento, para realizar o pagamento ou apresentar defesa.

14.6. Findo o prazo sem que seja efetuado o pagamento ou apresentada defesa pelo sujeito passivo, será o débito inscrito em Dívida Ativa para cobrança na forma da legislação pertinente.



**15. RECUPERAÇÃO DOS SALDOS NAS CONTAS CORRENTES, VINCULADAS AOS ANTIGOS BLOCOS DE FINANCIAMENTO DE ATENÇÃO BÁSICA; ATENÇÃO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR; GESTÃO DO SUS, ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA E VIGILÂNCIA EM SAÚDE E TRANSFERIDOS ATÉ O EXERCÍCIO DE 2017.**

**15.1.** A Secretaria Municipal de Saúde, Órgão máximo na gerência de questões de saúde dentro do município, tem o papel de criar mecanismos eficientes para a garantia do bom desenvolvimento da prestação de serviços de saúde. Assim, é fundamental montar uma estrutura que envolva e acolha os usuários, prestando serviços essenciais de qualidade, objetivando assim a contratação de empresa especializada, necessária para atender às necessidades básicas dos setores agregados a Secretaria Municipal de Saúde deste município, que necessitam em caráter de urgência prestação de serviços técnicos especializados, visando assim definir, técnica e adequadamente, os procedimentos necessários para viabilizar a contratação em tela.

**15.2. Especificação/ Detalhamento:**

**15.2.1.** Considerando o que estabelece o Art. 2º, da Portaria nº 3.992, de 28 de dezembro de 2017, que determinou, em havendo saldos nas contas correntes, vinculadas aos antigos Blocos de Financiamento de Atenção Básica; Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar; Gestão do SUS, Assistência Farmacêutica e Vigilância em Saúde e transferidos até o exercício de 2017, bem como os recursos pendentes de repasse referentes a propostas e projetos de investimento com execução financeira iniciada em data anterior à entrada em vigor da Portaria e transferidos pelo Fundo Nacional de Saúde no exercício seguinte nessas mesmas contas em que foram transferidas as parcelas anteriores.

**15.2.2.** Desta forma, os serviços técnicos especializados terão como objetivo a identificação, planificação, Explanação perante o Conselho Municipal de Saúde, apresentação de Resolução e orientação para transferências dos recursos remanescentes no antigos Blocos de Financiamento em contas inativas sejam remanejados para a conta corrente única do Bloco de Custeio e/ ou Investimentos das Ações e Serviços Públicos de Saúde, com as seguintes ações:

- a) análise da condição e legislação em saúde do município;
- b) determinação dos passivos relativos aos créditos do Sistema de Blocos da Saúde, de períodos anteriores à vigência da Portaria 3.992/2017 e organizados sob a forma de Blocos de Financiamento de Atenção Básica, Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar, Gestão do SUS, Assistência Farmacêutica e Vigilância em Saúde.



- c) identificação das contas inativas oriundas dos bancos institucionais elegidos na portaria supracitada do Município de Várzea Grande com levantamento através de bases dos sistemas individualizados;
- d) formatação dos dados para composição do cadastro técnico municipal;
- e) adequação dos créditos conforme critérios legais e identificação das hipóteses de aplicabilidade e o cumprimento dos compromissos pactuados e/ou estabelecidos em atos normativos específicos que regulamentaram o repasse às necessidades atuais da administração municipal;
- f) adequação junto ao Conselho Municipal de Saúde para a aprovação dos valores aos projetos pactuados de interesse da municipalidade.
- g) tratamento dos dados obtidos mediante o uso da metodologia e sistema informatizado para aprovação do Conselho Municipal de Saúde através da criação de Resolução Municipal para o cumprimento de ato pactuado dentro da estrutura de Saúde do Governo Federal e Municipal.

#### **16. Recuperação antenas de telefonia celular – taxas de licença ambiental (TLA) das estações rádio base (ERBS) do setor de telecomunicações.**

Serviços técnicos especializados de consultoria e assessoria, no âmbito administrativo, no cadastramento in loco, das torres e/ou equipamentos e imóveis das empresas de telefonia, fixa e móvel, estabelecidas no âmbito do município de várzea grande, com posterior apuração, cálculo dos encargos legais e cobrança do débito das licenças ambientais e das taxas de licença para localização e funcionamento

**16.1. As Recuperações de taxa de fiscalização, o imposto municipal relativo ao alvará de funcionamento, das operadoras de telefonia móvel pela implantação de torres de transmissão recuperação de taxas de instalação e/ou de regularização e demais tributos de ERBS.**

**16.1.2.** Deverá a contratada; identificar e apurar fatos geradores e responsáveis tributários (principais ou substitutos) orientar os servidores municipais nos processos de recuperação de taxas de instalação e/ou de regularização e demais tributos (inclusive imposto predial e territorial urbano – IPTU) para instalações e/ou regularização sobre as edificações de estruturas metálicas e outros engenhos utilizados para serviços de telefonia fixa e/ou de telefonia celular móvel.

**16.1.3** A necessidade da contratação se justifica visando a necessidade de cumprir a Lei de Responsabilidade Fiscal, evitando a renúncia de receita, além de contribuir para o aumento da receita própria do Município, bem como, necessita contratar empresa do ramo pertinente, para prestar Assessoria e Consultoria Técnica, com experiência na área fiscal e tributária da



administração pública, pelas limitações do seu quadro de pessoal e de apoio físico-material para a execução deste serviço pontual e específico, sem prejuízo das demais atividades rotineiras desenvolvidas, e em regime de certa urgência, tendo em vista que a cada dia que passa, incide prescrição nos débitos dos prestadores de serviços para com a municipalidade.

**16.1.4.** Com a queda na arrecadação em decorrência da crise geral pela qual atravessa o país, o aumento geral das despesas de custeio do município e o quadro insuficiente de mão de obra qualificada para execução desse serviço pontual, faz-se necessário recorrer à contratação de prestador de serviço, justificando assim a pretensa contratação, visando garantir a eficácia na prestação dos serviços técnicos especializados de consultoria e assessoria, no âmbito administrativo, no cadastramento in loco, das torres e/ou equipamentos e imóveis das empresas de telefonia, fixa e móvel, estabelecidas no âmbito do Município de Várzea Grande, com posterior apuração, cálculo dos encargos legais e cobrança do débito das **Licenças Ambientais e das Taxas de Licença para Localização e Funcionamento.**

**16.1.5. PARA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS A EMPRESA A SER CONTRATADA DEVERÁ REALIZAR:**

- a) Cadastramento e/ou recadastramento de todas as torres de Telefonia Móvel, dar apoio técnico-científico à Fiscalização, visando à verificação do cumprimento das normas de posturas e ambientais do Município, com revisão e atualização da legislação municipal;
- b) Levantamento e atualização de eventuais créditos decorrentes de pagamento de TFF, TLL, TLA, Vigilância Sanitária e Aceite de Obra (Habite-se), não recolhidos em favor do Município;
- c) Propositura e acompanhamento de requerimento e posterior processo administrativo junto a ANATEL (Agência Nacional de Telecomunicações);
- d) Propositura e acompanhamento de ação junto as Operadoras de Telecomunicações, caso seja necessário para a concretização do objeto contratado.
- e) Recuperação dos créditos referentes aos impostos devidos pelas Operadoras de Telefonia, a contar retroativamente 60 (sessenta) meses da data do início dos serviços;
- f) Formatação do fluxo de cobrança posterior, através de ferramentas (orientações) acerca dos procedimentos para a continuidade da captação dos recursos objeto desta contratação;
- g) Após contratada, a empresa deverá repassar todo o know-how para os técnicos da Secretaria Municipal de Economia de forma a que estes possam dar continuidade nos serviços mensais.





**17. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA ESPECIALIZADOS EM ENGENHARIA ELÉTRICA VISANDO A CONSTITUIÇÃO E RECUPERAÇÃO DE RECEITAS DE NATUREZA TRIBUTÁRIA REFERENTES A REPETIÇÃO DE INDÉBITOS DE COBRANÇAS INDEVIDAS (A MAIOR) NAS CONTAS DE ENERGIA ELÉTRICA DE RESPONSABILIDADE DO MUNICÍPIO, INCLUSIVE REFERENTE A CONTRIBUIÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA (CIP).**

**17.1. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS/ JUSTIFICATIVAS E RESULTADOS ESPERADOS**

**17.1.1 Deverá a contratada realizar a Prestação de serviços** na área de assessoria compreendendo a recuperação de crédito por meio da identificação de cobranças indevidas (a maior, em duplicidade, erros de enquadramentos tarifários, perdas nos equipamentos – parque de iluminação pública etc.).

**17.1.2. Deverá realizar a Apuração, a auditoria e deduções econômicas** para incremento da receita do Município com a contribuição para Custeio da Iluminação Pública (CIP) e auditoria do censo de iluminação pública realizado pela distribuidora de Energia Elétrica, para identificar cobranças indevidas. Tem-se observado que a área de fornecimento de energia elétrica para a iluminação pública, é uma das que mais consta reclamações referentes a cobranças feitas, indevidamente a maior, pelas concessionárias de energia elétrica. Para que o administrador público tenha segurança jurídica e convicção de que não está atestando pagamentos indevidos de faturas de energia elétrica, faz-se necessário que as contas do município passem por uma auditoria técnica feita por empresa conceituada na área de energia elétrica, com conhecimento no âmbito de faturamento de energia elétrica.

**17.1.3.** Para tanto, com o intuito de se realizar ações específicas com o intuito de identificar eventuais créditos pagos indevidamente, a serem recuperados, deverá a contratada, por meio de auditorias das contas dos prédios públicos e da iluminação pública de responsabilidade do ente municipal, identificar tais créditos.

**17.1.4.** Deverá a contratada realizar o levantamento dos créditos a que faz jus o município, referentes aos pagamentos indevidos a concessionária de energia elétrica referente aos **últimos 05 (cinco) anos**. Portanto, havendo a possibilidade de o município estar efetuando pagamentos a maior de energia elétrica, justificando a importância da contratação de empresa especializada em assessoria e consultoria para efetuar estudos e análises a fim de reduzir os gastos com o fornecimento de energia elétrica, bem como na recuperação de possíveis créditos, em detrimento de pagamentos a maior, com a concessionária de energia elétrica.



**17.1.5. Deverá a contratada realizar a análise** da demanda em virtude da excepcionalidade do serviço a ser realizado, já que o objeto se caracteriza por tarefas que não fazem parte da rotina dos servidores efetivos, bem como demandam conhecimento em área específica e experiência prévia, ante a impossibilidade da realização dos serviços por servidores do Município, já que o objeto não se encontra nas atribuições regulares, face à complexidade da tarefa a ser realizada, o que confere especificidade ao serviço a ser contratado.

## **18. FORMAS DE EXECUÇÃO E DOS SERVIÇOS**

Os serviços serão realizados em estrita observância a este instrumento e cláusulas contratuais previsto neste ETP, Termo de Referência, Edital e ainda com levantamento de dados, realização de estudos, diagnósticos, análises, acompanhamento e elaboração de parecer, cálculos e atualizações de valores, conforme legislação específica e resoluções da ANEEL, com a finalidade de:

- Detectar cobranças indevidas (a maior) decorrente de erros em enquadramentos tarifárias, cobranças de juros e multas, pagamentos em duplicidade, cobranças retroativas relacionado censo de iluminação pública etc.
- Detectar erros no repasse da arrecadação da **CIP (Contribuição de Iluminação Pública)**: existência de valores efetivamente arrecadados e não repassados ao Município.
- Constatar cobranças indevidas referente aos valores cobrados a título de Taxa de Administração da arrecadação da CIP.
- Constatar a existência de valores não recolhidos e/ou recolhidos a menor a título de ISS: da Enel, dos prestadores de serviços na área de energia elétrica, uso compartilhado dos postes da rede de distribuição de energia por terceiros etc.
- Elaboração de laudos e pareceres sobre os valores cobrados do município por meio de **Termo de Ocorrência e Inspeção (TOI)**, decorrentes de aumento de carga detectado no censo de iluminação pública.
- Assessoria e Consultoria direta no planejamento, acompanhamento e execução dos valores devidos aos cofres municipais;
- Assessoria e Consultoria da elaboração e apresentação de gráficos e relatórios comparativos dos maiores recolhimentos por contribuinte e substância, devendo informar contribuintes ativos sem recolhimento da contribuição.

## **19. DA FISCALIZAÇÃO**



**19.1.** O acompanhamento da execução do Contrato ocorrerá sob a responsabilidade da Contratada, mediante nomeação de servidores especialmente designados, segundo sua área de atuação, nos termos do previsto no art. VII, § 3º e 117 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

**19.2.** Os servidores designados anotarão em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do Contrato, sendo-lhe assegurada a prerrogativa de:

- I. fiscalizar e atestar a execução dos serviços, de modo que sejam cumpridas integralmente as condições estabelecidas no Contrato;
- II. comunicar eventuais falhas na execução dos serviços, cabendo à Contratada adotar as providências necessárias;
- III. garantir à Contratada toda e qualquer informação sobre ocorrências ou fatos relevantes relacionados com os serviços;
- IV. emitir pareceres em todos os atos da Administração relativos à execução do contrato, em especial aplicações de sanções e alterações do mesmo.

**19.3.** A fiscalização exercida pela Contratante não excluirá ou reduzirá a responsabilidade da Contratada pela completa e perfeita execução do objeto contratual.

## **20. PRAZO DE VIGÊNCIA**

**20.1.** O prazo para realização dos estudos, levantamento de dados e conclusão do histórico dos serviços e de sua legalidade, identificação dos créditos passíveis de recuperação e ou compensação, será de 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato pelas partes.

**20.2.** Os prazos para a execução dos serviços e da vigência poderão ser prorrogados, a critério da Prefeitura Municipal, mantidos os direitos, obrigações e responsabilidades, devendo ser instrumentalizado pôr Termo Aditivo, nos termos do art. 105 e seguintes da Lei nº 14.133/21.

## **21. DO VALOR PAGO POR INCREMENTO A CADA REAL RECUPERADO:**

**21.1.** À relação obtida entre o Valor Global Máximo (VG) da proposta de preços contratada dividida pelo Valor Máximo Estimado a Recuperar (VMR) será denominada de Módulo de Remuneração (MR).  $MR = VG/VMR$ .

**21.2.** O módulo da remuneração não poderá ser superior a R\$ 0,20 (vinte a por cento) para cada um real recuperado, nos termos do previsto no art. 33, II da Lei Federal 14.133/2021, segundo maior percentual de desconto.



21.3. O valor global da proposta não poderá ser superior ao percentual de 20% (vinte por cento) dos valores recuperados e ou compensados, nos termos e condições previstos neste Estudo e ou Termo de Referência.

21.4. Portanto, definiu-se que a remuneração pelos serviços da consultoria será realizada conforme fórmula abaixo:

- Valor da Remuneração da Contratada = Valor Recuperado no mês em questão X módulo de remuneração (MR).

21.5. Os honorários serão pagos na proporção dos valores efetivamente recuperados, ou seja, será *ad êxito*, assim que comprovadamente os serviços forem executados, bem como, os valores pagos indevidamente restituídos ao Município, através de transferência bancária, em até 30 (trinta dias) após a apresentação de nota fiscal.

## 22. CORPO TÉCNICO MÍNIMO NECESSÁRIO PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E DA CONTRATAÇÃO

Visando garantir eficiência e eficácia na prestação dos serviços, visando contemplar o interesse da Prefeitura, espera-se que a CONTRATADA disponha nos seus quadros, profissional capacitado e gabaritado, com registro no respectivo conselho competente, com no mínimo, as habilidades abaixo descritas, além de comprovação técnica, e com a apresentação de Atestado de Capacidade Técnica pertinente ao objeto ora em questão, as quais deverão ser apresentadas, no ato da assinatura do contrato, visando garantir e ampliar a competitividade, nos termos art. 6º, XIX, e 67 da Lei 14.133/2021, como critério de Habilitação para o Certame.

- Advogado (a) com pós em Direito Tributário;
- Advogada (a) com pós em Gestão Pública;
- Advogado (a) com pós em Direito Civil e prática civil;
- Advogada (a) com pós Gestão tributária Municipal;
- Advogado (a) com pós em Direito Público;
- Advogados (a) com Pós em Previdenciário;
- Profissional formado em Sistema de Informação com pós em Direito Público;
- Economista com Doutorado;
- Contador com Pós em Gestão Financeira e Controladoria;



## 23. CONSTITUI OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA DENTRE OUTRAS:

- a) Prestar os serviços com diligência e perfeição, cumprindo rigorosamente as normas pertinentes no contrato;
- b) Relatar, por escrito, a Secretaria de Fazenda do Município de Várzea Grande toda e qualquer irregularidade observada em virtude da prestação de serviços;
- c) Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela Prefeitura, cujas reclamações se obriga prontamente a atender;
- d) Manter durante a vigência do contrato as condições de habilitação para contratar com a Administração Pública e apresentar sempre que exigido os comprovantes de regularidade fiscal;
- e) Ressarcir à Prefeitura o valor correspondente ao pagamento de multas, indenizações ou despesas a esta, imposta por autoridade competente, em decorrência do descumprimento pela contratada, de leis, decretos ou regulamentos relacionados aos serviços prestados;
- f) Permitir que o Município fiscalize os serviços já mencionados;
- g) Não transferir a terceiros os serviços contratados.

## 24 – RESULTADOS ESPERADOS

Considerando o retorno para o Município, quanto a recuperação dos créditos ou das compensações possíveis; Considerando a indisponibilidade dos recursos humanos com capacidade técnica e expertise para o desempenho dos serviços ora pleiteados, considerando a economicidade quanto ao sistema, de materiais ou financeiros disponíveis, compreende a pretensa contratação como sendo o melhor custo benefício para Administração como um todo, ante a possibilidade de se contratar via Pregão na Modalidade Eletrônica, empresa com know how e expertise para os serviços de recuperação de créditos, aprimorando a Gestão Fiscal e geral aumento na receita para os cofres públicos, com a recuperação dos créditos e incremento nas receitas municipais.

Considerando que Administração não de profissional técnico capacitado para o desenvolvimento dos serviços ora pleiteados, considerando que envolve atividades jurídicas, administrativa e contenciosas, levando em consideração a complexidade, que envolve questões de natureza financeira/contábil, auditoria e jurídica especializada em ações fiscais/tributárias.



## 25 – CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Não houve na Administração outras contratações nos exercícios anteriores, correlatas ao ora pleiteado, realizada via Pregão com REGISTRO DE PREÇOS na forma ELETRÔNICA, visando a contratação de empresa especializada para a execução de serviços de levantamento, PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA TRIBUTÁRIA OPERACIONAL, OBJETIVANDO A IDENTIFICAÇÃO, APURAÇÃO, CONSTITUIÇÃO E RECUPERAÇÃO DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E TRIBUTOS DE RESPONSABILIDADE DO MUNICÍPIO, COM AÇÃO PLANEJADA E TRANSPARENTE para atender a PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE, com critério de julgamento MAIOR DESCONTO NA TAXA DE ADMINISTRAÇÃO, que possa subsidiar e embasar nossas ponderações, espera-se assim, que esta contratação, seja uma inovação de sucesso para a Administração, com base na Lei Federal nº. 14.133 de 2021, nova lei de licitações.

## 26 – DA FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO CONTRATUAL

A Fiscalização quanto a execução contratual será realizada de forma pontual por servidores designados pela Administração, segundo suas respectivas áreas de atuação, segundo a origem do crédito a ser levantado, recuperado e/ou compensado. Desta forma, os servidores que irão atuar na fiscalização dos serviços, participaram do processo das apresentações **do Sistema da Capacidade Operacional de Recuperação dos Créditos da Contratada**.

## 27 – DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

Face a todo o exposto, para os devidos fins, se considera que a presente contratação é viável e fundamental para este Município.

Várzea Grande, 01/02/2024.





**Carlos Alberto Silva**

**Assessor Especial**

**CPF 427.679.111-15**

**Marcos Rodrigues da Silva**

**Superintendente Gestão de Pessoas**

**CPF/MF 473.949.191-53**



## ANEXO I

### CONDIÇÕES DO SISTEMA

#### Capacidade Operacional de Recuperação dos Créditos.

Item do Edital	ESPECIFICAÇÃO	Atende	Não atende	Percentual (0 a 100%)
8.1.4	A solução tecnológica para apuração do INSS deverá funcionar em Data Center, como um serviço (SAAS), onde toda a estrutura computacional deverá estar disponível com o próprio software (servidores, conectividade, segurança de informações, instalações de versões de quaisquer aplicativos), e ser acessível através de protocolo seguro (HTTPS).			
8.2.1	A utilização do software aqui especificado deverá ser totalmente responsiva, característica esta que permite ao software se adaptar ao tamanho da tela do dispositivo em que está sendo executado, sem a necessidade de ter que ampliar a tela através de zoom, permitindo a sua execução diretamente a partir dos principais browsers do mercado bem como em qualquer dispositivo eletrônico como Smartphones e Tablets, além de ser capaz de enviar mensagens SMS			
8.2.2	A apresentação de resultados do sistema deverá ser baseada tanto no próprio software como em software de BI (Business Intelligence) integrado ao mesmo.			
8.2.3	Deverá ser capaz de acessar a base de dados SEFIP do Governo, instalado no mesmo local			



	do sistema de Verbas Indenizatórias, de forma que permita a atualização dos valores base de INSS apurados e revisados pelo sistema de Verbas Indenizatórias automaticamente.			
8.3.2	Deverá <b>disponibilizar solução tecnológica</b> para apuração do RAT Previdenciário/Verba Indenizatória e deverá funcionar em Data Center, como um serviço (SAAS), onde toda a estrutura computacional deverá estar disponível com o próprio software, servidores, conectividade, segurança de informações, instalações de versões de quaisquer aplicativos e ser acessível através de protocolo seguro (HTTPS).			
8.3.3	Deverá ser capaz de acessar a base de dados SEFIP do Governo, instalado no mesmo local do sistema de Verbas Indenizatórias de forma que permita a atualização dos valores base de INSS apurados e revisados pelo sistema de Verbas Indenizatórias, automaticamente.			
8.3.5	A ferramenta deverá criar e manter banco de dados relacional para armazenamento dos dados provenientes dos arquivos de folha de pagamentos analíticas contendo nome, matrícula, eventos e bases de cálculo, disponibilizadas pela administração pública, preferencialmente no formato TXT ou PDF.			
8.3.6	<b>Para apuração do RAT/FAP Previdenciário e Verbas de Natureza Indenizatória, a ferramenta deverá:</b>  a) Possibilitar registrar percentuais de RAT e			



	<p>FAP de forma mensal.</p> <p>b)Possibilitar registrar taxa SELIC de um determinado período.</p> <p>c)Possibilitar registrar rubricas de provento e descontos referente a folha de pagamento.</p> <p>d)Possibilitar registrar faixas de previdência social.</p> <p>e) Possibilitar registrar regime de contratação dos servidores.</p> <p>f)Possibilitar registrar lotações e locais de trabalho dos servidores/funcionários.</p> <p>g)Possibilitar registrar faixas de previdência social para cálculo de forma progressiva.</p> <p>de planilhas, PDF's ou arquivos em formato texto.</p> <p>h)Permitir que seja feita a importação da folha analítica de pagamentos de forma automática por meio de planilhas, PDF's ou arquivos em formato texto.</p> <p>i)Realizar apuração dos valores da base de cálculo da previdência a partir da configuração das rubricas de forma individualizada, individualizada e mensal, consolidada mensal e consolidada por período.</p> <p>j)Realizar apuração dos valores devido do desconto da previdência a partir da configuração das rubricas de forma individualizada, individualizada e mensal, consolidada mensal e consolidada por período.</p> <p>k)Realizar apuração das verbas indenizatórias</p>			
--	--	--	--	--



	<p>a partir da configuração das rubricas de forma individualizada, individualizada e mensal, consolidada mensal e consolidada por período.</p> <p>l)Realizar impressão da apuração dos valores da base de cálculo da previdência.</p> <p>m)Realizar impressão da apuração dos valores devido do desconto da previdência.</p> <p>n)Realizar impressão da apuração das verbas indenizatórias.</p> <p>o)Permitir realizar lançamentos de créditos compensados e a compensar a partir da apuração realizada no período.</p> <p>p)Realizar a impressão de créditos compensados e a compensar a partir da apuração realizada no período.</p> <p>q)Permitir geração/interação/importação com a SEFIP, para realizar o lançamento das informações retificadas com os devidos valores apurados.</p>			
8.4.2	<p><b><u>O Sistema deverá apresentar no mínimo as seguintes funcionalidades</u></b>, no que se refere à apuração e revisão dos créditos previdenciários:</p> <p>a) Deverá permitir o lançamento dos índices previdenciários (FAP e RAT) bem como percentual da instituição, de cada exercício para reconstituição dos novos valores bases de INSS</p> <p>b) Deverá permitir o lançamento da SELIC acumulada mensalmente para atualização dos valores apurados.</p>			



	<p>c) Deverá permitir a parametrização de eventos passíveis de recuperação de crédito previdenciário.</p> <p>d) Deverá permitir o acompanhamento das compensações de créditos, com base em lançamentos de valores a compensar, informando data de compensação, competências utilizadas para composição do crédito e competência a creditar.</p> <p>e) Deverá permitir o lançamento da tabela de contribuição de INSS de cada exercício para cálculo do novo valor base de INSS bem como aferição do valor atual obtido das folhas analíticas.</p>			
9.3	<p><b>Dispor de</b> software 100% (cem por cento) WEB e executável diretamente a partir dos principais browsers do mercado, sendo eles no mínimo os navegadores Microsoft Edge, Google Chrome, Firefox e Safari, nas versões desktop e mobile. A interface deverá ser responsiva, ou seja, a tela do sistema deverá se ajustar ao tamanho da tela do dispositivo em que for executado. O Sistema deve utilizar o protocolo HTTPS (HyperTextTransferProtocolSecure), para transferência de dados na internet de forma segura, com a utilização de um certificado seguro válido SSL (Secure Sockets Layer) emitido por uma Autoridade Certificadora (CA), para garantir a integridade, autenticidade e confidencialidade das informações recebidas e enviadas através do sistema.</p>			





9.4	<b>Dispor de</b> Sistema acessível com uso de certificado digital, que poderá ser configurado como forma de acesso exclusiva de específicos usuários, emitido por uma Autoridade Certificadora credenciada pela ICP-Brasil, de pessoa Física ou Jurídica, capaz de garantir a autenticidade do contribuinte.			
9.5	<b>Ter condições de possibilitar que</b> todos os relatórios e notificações gerados pelo sistema deverão possuir um QRCode em seu conteúdo para garantir a autenticidade dos documentos. A leitura do QRCode por um dispositivo móvel deverá realizar o download de uma cópia do documento que o possui, garantindo assim sua veracidade.			
9.6	<b>Dispor de condição técnica para que qualquer</b> tipo de carga de arquivo no sistema seja executado em segundo plano e de forma simultânea, ou seja, deverá ser permitido realizar o upload de um ou mais arquivos ao mesmo tempo, possibilitando que durante o processamento, o sistema não fique em espera, contribuindo para melhor dinâmica das atividades do usuário do sistema. Ainda, o <b>sistema deverá possuir o recurso de geocodificação</b> para obtenção das coordenadas geográficas do contribuinte através do endereço, permitindo que o mesmo seja plotado em um recurso de mapa fornecido pela própria ferramenta, tendo como camada base o Google Maps, permitindo que o contribuinte seja localizado geograficamente.			



9.7	<b>O Sistema deverá permitir que a cada</b> notificação expedida para um contribuinte, o contador responsável seja informado prontamente via SMS (mensagem de texto) sobre o envio de e-mail referente a tal notificação para o e-mail devidamente cadastrado em sua conta.			
9.8	<b>A solução tecnológica para apuração do SIMPLES</b> deverá funcionar em DataCenter, com hospedagem primária em território nacional, a fim de reduzir a latência para os utilizadores, possuir alta disponibilidade com balanceamento de carga e contingência operacional, como um serviço (SaaS), onde toda a estrutura computacional deverá estar disponível com o próprio software (serviços, conectividade, segurança de informações, instalação de versões de quaisquer aplicativos).			
9.9	<b>A Contratada deverá garantir transferências de</b> dados ilimitadas no Datacenter, tanto de entrada quanto de saída, relativas à produtividade da solução adotada, em face das requisições e acessos provenientes da internet pública.			
9.10	<b>A Contratada deverá garantir que o armazenamento completo de dados,</b> em decorrência da operacionalização das Soluções no Datacenter, ocorra de forma ilimitada.			



9.11	<b>O sistema operacional para apuração do SIMPLES NACIONAL deverá permitir a</b> integração com outros sistemas de gestão tributária utilizados pela Secretaria Municipal de Fazenda, possibilitando a exportação de todos os dados dos contribuintes do Simples Nacional dos Municípios, respeitadas todas as legislações vigentes, referente à proteção das INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS relativas aos contribuintes do Simples dos Municípios, através dos arquivos do PGDAS e todo seu conteúdo, dos dados da NF-e (Nota Fiscal Eletrônica).			
9.12	<b>Proporcionar para que</b> todos os bancos de dados gerados e utilizados pelo sistema serão de propriedade da Prefeitura Municipal a qual deverá ser fornecida a senha de administrador, imediatamente após a criação de cada banco. Não será permitida a movimentação/cópia destes. Sempre que solicitado e em formato previamente definido pelo Município, em um prazo máximo de 5 dias, a contratada deverá fornecer dicionários de dados e cópia backup necessária a respeito dos bancos de dados e para que, ao final do contrato, possa ser realizada a migração dos dados sem perda de informações.			
9.13	A contratada deverá manter um ambiente (sistema e base de dados) atualizado mensalmente ou quando solicitado, para testes e homologação, pois se faz imprescindível um ambiente de testes para uso em treinamentos			



	internos e testes de atualizações do próprio software antes que as mesmas sejam colocadas em produção.			
9.14	A contratada terá que disponibilizar ambiente de consulta aos dados no layout dos sistemas contratos por 2 (dois) anos contados a partir do encerramento do contrato.			
9.15	É de responsabilidade da empresa contratada o desenvolvimento de ambiente WEBSERVICE, quando solicitado, para integração de qualquer Sistema legado da Prefeitura Municipal.			
10.3.1	Deverá a contratada realizar o levantamento de informações e constituição de créditos tributários diversos, via auditoria, visando a recuperação de créditos tributários de ISSQN, não recolhidos nos últimos 05 anos pelos bancos, cartórios, mineradoras e grandes prestadores de serviços. A auditoria realizada permitirá a apuração e constituição dos créditos eventualmente sonegados.			
11	<b>DAS ROTINAS APLICADAS NAS AÇÕES FISCAIS</b>  Nos procedimentos de fiscalização dos sujeitos passivos do ISSQN deverá ser observada pela contratada as rotinas do Item 11 e seguintes.			
Especificações dos Sistemas				
<b>Sistema para recuperação previdenciária</b>				
12	O sistema utiliza a base de dados da Receita Federal?			



13	O sistema busca na base dados da Receita Federal quais arquivos? Os arquivos devem ser importados ou o sistema puxa automaticamente?			
14	O sistema também será alimentado com as folhas analíticas dispostas pelo sistema de RH da prefeitura?			
15	O sistema será alimentado manualmente ou buscará a informação na base de dados do Rh puxando as informações já contida no sistema utilizado pela prefeitura.			
16	Haverá cruzamento de dados entre os documentos puxados no site da Receita Federal com as folhas analíticas para averiguar se existe divergências de informações?			
17	O sistema possibilita alimentá-lo com informações de faixas de previdência, regime de contratação, lotações, valores de proventos, descontos mensais?			
18	O sistema terá a funcionalidade de analisar os cálculos dos proventos dos servidores a partir das rubricas.			
19	O sistema realizará a apuração dos valores devido do desconto da previdência a partir da configuração das rubricas de forma individualizada e mensal, consolidada mensal			



	e consolidada por período?			
20	O Sistema terá a capacidade de impressão de créditos compensados e a compensar a partir da apuração realizada no período.			
21	O Sistema Permitirá a geração, interação e importação com a SEFIP, para realizar o lançamento das informações retificadas com os devidos valores apurados.			
22	O sistema conterà relatórios gerados em formato PDF, XML, XLS ou TXT, como resultado do processamento dos arquivos de folhas analíticas (em formato PDF ou TXT) disponibilizadas ao sistema.			
23	O Sistema apresentará relatório de forma sintética, que demonstre todos os créditos recuperados, por competência e exercício, informando o ano, mês, crédito recuperado original e atualizado, bem como os índices aplicados?			
24	O Sistema apresentará relatório de forma analítica, que demonstre todos os créditos recuperados, por evento, de cada servidor, informando o evento, competência, crédito recuperado original e atualizado bem como os índices aplicados.			
25	O Sistema apresentará relatório de compensação de créditos, informando referências, datas de compensações, valores a compensar e saldo?			





**Sistema de auditoria e recuperação dos valores sonegados pelas empresas optantes do Simples Nacional.**

26	O Sistema terá em sua funcionalidade o serviço de geocodificação para obtenção das coordenadas geográficas do endereço, possibilitando que o contribuinte seja localizado geograficamente?			
27	O sistema terá bloco dedicado a expedição de notificações aos contribuintes?			
28	O Sistema na apuração do SIMPLES NACIONAL permite a integração com outros sistemas de gestão tributária utilizados pela Secretaria Municipal de Fazenda, possibilitando a exportação de todos os dados dos contribuintes do Simples Nacional dos Municípios, respeitadas todas as legislações vigentes referente à proteção das INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS relativas aos contribuintes do Simples dos Municípios, através dos arquivos do PGDAS e todo seu conteúdo, dos dados da NFE ?			

**Carlos Alberto Silva**

**Assessor Especial**

**CPF 427.679.111-15**



**Marcos Rodrigues da Silva**  
**Superintendente Gestão de Pessoas**  
**CPE/MF 473.949.191-53**